



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

Ata de Reunião

Fórum de discussão permanente sobre o processo de reabertura da
Rodovia BR-319

No dia 14 de julho de 2017, às 10h, na sala de reuniões do Anexo da PRAM, reuniram-se os presentes conforme lista em anexo, sob a presidência dos Procuradores da República Rafael da Silva Rocha e Fernando Merloto Soave, para discutirem a criação de um fórum permanente sobre o processo de reabertura da Rodovia BR-319.

Aberta a reunião, houve a rodada de apresentações. Após, o Dr. Rafael esclareceu o objetivo da reunião, qual seja, discutir a *forma* de constituir um fórum permanente para tratar sobre a BR 319, ressaltando que respeita a decisão dos órgãos que não compareceram à reunião. O papel do MPF no fórum seria apenas de articulador, sem necessariamente pautar os assuntos a serem discutidos, podendo haver a agregação de outros órgãos ou instituições. Ressaltou que gostaria de deliberar hoje sobre periodicidade e local das reuniões, os integrantes do fórum e a publicidade das reuniões abertas à imprensa e sociedade civil, desde que se mantenha o caráter de reunião de trabalho, definindo-se ao final a pauta da próxima reunião.

O Dr. Fernando ressaltou a obrigatoriedade de observar a Convenção 169 da OIT quanto à consulta aos povos indígenas e tradicionais.

A seguir, passou-se a palavra a manifestação dos presentes quanto à proposta de criação do fórum permanente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

De início, o Dr. Roque Nunes Marques, Procurador de Justiça do MP-AM, falou que se preocupa com a confirmação de que está de fato acontecendo tudo o que se imaginou que aconteceria com a pavimentação da BR 319, pois o processo de ocupação está se dando de forma desastrosa, principalmente no ramal de Manicoré – BR 174. Todos os que se tornaram garantidores de uma situação precisam agir para evitar que se repita o processo da BR 163, onde o crime organizado se vale da ausência do Estado. A solução é começar a ter uma posição mais firme sobre o que se quer. Que foi morador da BR 319 e usuário da estrada. Que se preocupa com a sucessão de pedidos de estudos, e que é preciso dar acesso ao Estado para trafegar na estrada a fim de conter os ilícitos ambientais. É preciso definir os compromissos do Estado, do segmento empresarial e de todos os interessados. Qual o projeto efetivo que o Estado tem para o trecho entre o Igapó Açu e a BR 230, é possível destinar a área para pesquisa das Universidades, é possível proibir o estabelecimento de qualquer tipo de assentamento? É preciso ter a assinatura de Governador, Ministro e todas as autoridades nestes compromissos. Que defende a pavimentação sem promoção de desmatamento, mas com sustentabilidade. Pergunta o que podem fazer já agora em relação à destruição que está acontecendo atualmente, independentemente da pavimentação da estrada.

O Dr. Rafael disse achar fundamental definir o que se quer para promover a pavimentação com sustentabilidade. Sobre a exigência de estudos, devem trabalhar a questão da confiança mútua entre os órgãos dentro do fórum.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

Por exemplo, o IBAMA pode se comprometer a não realizar novas exigências, ressalvando-se que o EIA pode ser, logicamente, reprovado, aprovado com ressalvas ou solicitadas complementações. Que todos os compromissos assumidos pelos órgãos nas reuniões do fórum ficarão registrados nas atas das reuniões.

A seguir, o representante da Polícia Rodoviária Federal disse que precisam pensar os equipamentos e o efetivo que serão necessários na rodovia, sendo que o hoje o AM tem um dos menores efetivos do Brasil. Que na BR 163 houve um concurso específico para atender a rodovia. O ponto focal da PRF no fórum permanente será o servidor Rogério.

O Secretário de Meio Ambiente, Antonio Ademir Stroski, disse que concorda com a articulação do MPF no fórum permanente da BR 319. Sugeriu reuniões mensais, pois o processo de evolução dos acontecimentos é muito rápido. Manifesta-se também favorável à pavimentação com sustentabilidade. Que fizeram oficina do plano de desenvolvimento territorial da BR 319, com várias instituições como a CI, GIZ-GTZ e órgãos do governo – IDAM, ICMBio, etc. Que repassará para os presentes o texto deste plano. Que tem a intenção de criar um núcleo de monitoramento e fiscalização integrada de vários órgãos do Estado em Humaitá, com unidade aérea permanente. Que o Batalhão Ambiental já se dispôs a ter um corpo de policiais permanente neste núcleo integrado. Que sabe da chegada de ônibus provenientes de Rondônia fazendo ocupação irregular na FLOREST Tapauá, UC que está na agenda da SEMA para concessão florestal e manejo sustentável. Assumiu o compromisso de articular dentro do Governo a proposta feita pelo Dr. Roque, que foi prejudicada pela instabilidade da questão política no Estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

O Dr. Roque disse ser fundamental o plano de ordenamento territorial da BR, mas emergencialmente precisam que todos os órgãos compareçam ao local da degradação para estancar o fato concreto que está ocorrendo, promovido por pessoas provenientes de outros Estados que têm no AM a última fronteira de ocupação.

A seguir, a Sra. Neila Cavalcante da Silva, da CI – Conservação Internacional, disse que está apoiando a elaboração do plano de gestão ambiental da BR 319, com os órgãos do governo, consolidando as propostas dos diferentes eixos – biodiversidade, comando e controle, ordenamento territorial, etc. Que pretendem fechar a proposta do plano até final de setembro, para disponibilizar a consulta pública em 17 municípios (e não somente no eixo da estrada). Que o plano tem três nortes principais: estratégias urgentes e de longo prazo, construção de base de dados territoriais e sistema de governança. Que podem fazer uma apresentação do plano ao fórum para agregar as sugestões deste grupo.

A seguir, o Sr. Muni Lourenço da FAEA, disse que para o setor agropecuário a rodovia é fundamental e ressaltou o direito constitucional de ir e vir. Que o fantasma do desastre ambiental pode ser evitado por iniciativas como a criação do fórum permanente, e pelo próprio aparato do Estado. Que o setor produtivo é contra o desmatamento ilegal e que esta prática é uma exceção, assim como a grilagem. Que não se pode generalizar a exceção. Que é usuário rotineiro da parte transitável da BR 319 e a compreende como um instrumento poderoso de desconcentração da economia do Estado, da capital para o interior, constituindo um vetor de desenvolvimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

Concorda com a periodicidade mensal das reuniões do fórum. Que o segmento empresarial tem assumido compromissos para tornar suas atividades sustentáveis e citou como exemplo parceria com a Embrapa para práticas de integração lavoura-pecuária-floresta. Que o AM preservou 97% de sua floresta e podem aumentar a produção de alimentos nestes 3%, diminuindo os custos para o consumidor. Que defendem a reativação do CBA para que se possa transformar em riqueza a teoria da floresta em pé. Que no plano de sustentabilidade da BR 319 não se pode ficar no lugar comum do comando e controle, mas precisam de políticas públicas positivas, como a regularização fundiária e outros instrumentos.

Ficou encaminhada a periodicidade mensal das reuniões do fórum, sempre no primeiro dia útil de cada mês. O MPF ficou encarregado de encaminhar os ofícios de convite.

A seguir, o Dr. Nelson da FIEAM disse que já participou de muitas reuniões para tratar sobre este assunto, mas nunca saem do começo e agora com a presença de tantas instituições sente-se esperançoso. Que precisam combinar que as decisões do fórum serão respeitadas por todas as instituições presentes. Que a estrada já existe. Que os Estados do MT e RO têm interesse na estrada para escoar sua produção. Ninguém deseja que a pavimentação da estrada represente impacto ao meio ambiente, mas isto acontece pela ausência do Estado. Que o Exército já manifestou estar à disposição para colocar unidades ao longo da estrada e evitar sua invasão. Que já tem estudos e diagnósticos demais, e precisam partir para a prática. Concorda com a periodicidade mensal das reuniões, mas sem demasiada ampliação do grupo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

Que fala em nome de todas as classes produtivas do AM, pois a FIEAM já discutiu com todos. Que a SEMA tem feito gestões para agilizar o licenciamento ambiental.

O Dr. Rafael pediu esclarecimento sobre se a FIEAM se opõe à publicidade e participação de pessoas de fora, foi respondido que não se opõe, mas somente se preocupa com a demasiada ampliação do grupo e que as deliberações do fórum sejam acatadas por todos os participantes, mesmo que discorde da decisão da maioria. O Dr. Rafael disse que os dissensos terão que ser administrados, pois a esfera pública e privada não funcionam da mesma forma.

A seguir, o Major Márcio, comandante do Batalhão Ambiental da PM-AM, disse que já trabalhou em Humaitá e Lábrea e que precisam ter em mente que a população do AM parece ficar excluída das políticas ambientais, às vezes determinadas por organismos internacionais, que proíbem a dignidade mínima da vida dessas populações. Que nos últimos anos, tem participado diretamente das ações operacionais contra os crimes ambientais, e que existem quadrilhas de crime organizado que financiam grupos para que possam ter maior lucratividade, em atividades de extração mineral ilegal (diamante, ouro) etc. Que a fiscalização não tem agentes suficientes em nenhum dos órgãos e todos necessitam do apoio da Polícia Ambiental para garantir sua segurança, pois os criminosos ambientais estão fortemente armados. Que o criminoso não se importa com as leis ou com os acordos do fórum permanente, pois não existe fiscalização para fazer frente à atividade criminosa. Que o fórum precisa ser composto pelos tomadores de decisão de cada órgão. Sugeriu convidar o Comandante Geral da PM, além do convite ao Batalhão Ambiental.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

Que um deputado estadual já propôs na ALEAM a extinção da Polícia Ambiental, e que mesmo sem a extinção formal tem acontecido a extinção pelas faltas de condições de trabalho, o que acarreta problemas de segurança nas atividades de fiscalização ambiental, como ocorreu recentemente em Humaitá no km 180 e no ramal do Boi, onde houve emboscadas contra o IBAMA. Que já passou as propostas à SEMA para criação dos postos de fiscalização. Que não possuem unidades físicas para abrigar as tropas nos municípios.

O Dr. Fernando perguntou qual a autonomia dos helicópteros utilizados pela PM, foi respondido que é de 3h ou cerca de 700km, o que não é suficiente para a fiscalização da estrada. Que precisam ter 4 postos de fiscalização ao longo da estrada.

O Secretário Stroski disse que já há um estudo para recomendação do modelo de aeronave adequado.

A seguir, falou o Sr. Miguel do Programa Terra Legal. Disse que a regularização fundiária já ocorreu na estrada, nas décadas de 70 e 80, quando o INCRA incentivava o desmatamento e a reserva legal era de apenas 50%. Porém, as pessoas tituladas naquela época foram abandonadas pelo poder público e hoje encontram-se nas cidades do eixo da estrada. Que não existem atualmente comunidades de produtores ao longo da estrada. Que o INCRA entregou mais de mil títulos de terra na BR 319 e não houve o desmatamento de 50% dos lotes. Que hoje o desmatamento que ocorre é promovido por pessoas do sul, que abrem vicinais imensas de mais de 400km, face à ausência do Estado. Que a manutenção da estrada não acontece no inverno.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

Que todas as áreas da BR são tituladas a particulares e por trás dos lotes com fundo de 2km está acontecendo uma grilagem absurda, com demarcações virtuais sobre áreas de floresta virgem, em mais de 5 milhões de hectares, com matrículas concedidas pelos cartórios do interior de forma fraudulenta. Que precisa haver uma correição urgente nestes cartórios.

O Dr. Roque disse que a grilagem de terras precisa ser um ponto de pauta específico e urgente do fórum. Disse que a falta de confiança mútua se deve em parte a alguns conceitos antigos, pois o modelo de desenvolvimento que se deve implantar entre o Igapo Açu e a BR 230 não deve ser o modelo de derrubada de floresta para criação de gado e isto precisa ser entendido pelos representantes do setor produtivo. O Estado deve proibir a conversão de floresta para outros usos. Os dois representantes da FAEA e da FIEAM deveriam levar a seus segmentos a ideia de que não haverá este modelo de desenvolvimento com conversão de floresta para aquela área, mas que deve ser privilegiada a pesquisa científica, e outros usos. Que a BR 319 é fácil de ser fiscalizada, pelo chão, desde que asfaltada.

A seguir, o Dr. Marcos representando a OAB-AM defendeu a pavimentação da BR 319 como vetor de presença do Estado no monitoramento e conservação ambiental, comparando com a BR 174. Que este postulado corrige a ideia de que a BR 319 representaria um desastre ambiental. Sugeriu que o MPF fizesse inspeções *in loco* e ouvisse as comunidades da região. Que o Estado possui apenas 3% de área desmatada e a estrada facilita a fiscalização e a presença estatal, atuando de forma preventiva e repressiva.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

Que o criminoso prefere o cenário da ausência do asfalto, pois o Estado não tem condições de atuar. Que a rodovia é socialmente necessária para as comunidades que vivem em suas margens ou em suas vicinais, assegurado-lhes o direito constitucional de ir e vir. Que tem importância muito grande para as economias do AM e de RO, com a diminuição dos custos de alimentos, além de dar viabilidade para o desenvolvimento de outras atividades econômicas como a aquicultura.

A seguir, o Sr. Muni Lourenço discordou do representante do Programa Terra Legal, de que exista hoje uma realidade de plena titulação no AM, pois neste exato momento existem milhares de pessoas no km 180, no Distrito do Matupi, esperando seus títulos de terra, assim como ao longo de toda a BR 319. Que a falta de regularização fundiária é o grande gargalo da Amazônia.

O Secretário Stroski concordou que as ações de comando e controle devem ser complementadas por políticas públicas. Que a base de fiscalização de Humaitá (município que responde sozinho por 30% do desmatamento do Estado, com polígonos de mais de 3 mil hectares que não são de responsabilidade de produtores locais) pretende cobrir todo o Sul do AM. Que estes criminosos que entram no Estado tem um aparato imenso para a realização de desmatamento.

Solicitou na próxima reunião um tempo de 30 min para esclarecer ao fórum as ações da SEMA, principalmente o Programa Municípios Sustentáveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

A seguir falou o Sr. André, presidente da Associação de Amigos da BR 319, que falou que ontem a noite chegou uma caravana de jornalistas de Rondônia que vieram pela estrada. Agradeceu ao MPF pela articulação do fórum permanente. Falou da situação de pessoas que vivem há mais de 40 anos na BR 319 e até hoje não tem título de terra, como o casal João e Maria, da Pousada Vila Rica, no km 304, e solicitou ao INCRA – Terra Legal que verificasse a situação dessas pessoas. Falou que reconhece a falta de efetivo da PRF, que o Dnit está realizando manutenção, mas o trabalho vem sendo destruído pelo tráfego de caminhões acima da tonelagem permitida. Que precisam de uma balança no posto de fiscalização da PRF para evitar esse tráfego acima do limite permitido, que é de 23 toneladas. Que no inverno a BR 319 ficará intrafegável novamente, se continuar essa situação. Que juntamente com a OAB pretendem apresentar uma carta compromisso para assinatura dos postulantes na eleição suplementar ao Governo do Estado.

A PRF disse que concorda com a necessidade da balança para fiscalizar o peso, e o MPF pode ajudar materializando isto através de um TACA a ser firmado com os maiores infratores, para que entreguem este equipamento à PRF. Sem fiscalização do excesso de peso, a rodovia será destruída. Que o mesmo é necessário ocorrer na BR 174.

A FIEAM disse que sabe do problema da sobrecarga na estrada e se comprometeu a, recebendo a informação, falar com a empresa responsável, se esta for integrante do PIM. Que os caminhões de soja que vem de RR estão comprometendo a AM 010 e a BR 174 e destruindo pontes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

O Sr. André disse que o IBAMA sempre solicitou a criação pelo Dnit de dois portais, imediatamente. Mas o Dnit não tem pessoas para ficar nestes portais, solicitou que os órgãos do fórum presentes se comprometessem a integrar as equipes que ficarão nestes portais de fiscalização.

O Dr. Rafael disse que já solicitou informações sobre este assunto à Presidência do IBAMA, já que construção dos portais é uma das condicionantes da LI.

O Dnit disse que está em contato com o Exército, que deve se responsabilizar pela construção dos portais, embora permaneça indefinido quais órgãos devem operar estes portais de fiscalização. Que a BR 319 embora ainda esteja no PAC, sofre uma certa inviabilização no MPOG devido a sua não execução.

O chefe da fiscalização do Ibama AM, Jerfferson, disse que o procedimento de licenciamento ambiental é publico e podem ceder o link para acesso a quem solicitar.

O Sr. Rogério da PRF disse que o infrator ambiental conta com a ausência de integração entre os órgãos estatais. Que a BR 319 pode ser um modelo dessa integração. Acredita nos modelos de portais onde todos os órgãos estarão no mesmo local de trabalho, gerando maior eficiência do comando e controle, evitando desperdícios na realização de várias ações descoordenadas e gerando o compartilhamento das informações e dos insumos, equipamentos e pessoal, por meio de acordos de cooperação técnica.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

A PRF tem um projeto de radiocomunicação digital e possuem imagens de radar, enquanto o Exército tem o Projeto Amazônia Conectada. A iniciativa privada presente neste fórum pode fazer os investimentos nos equipamentos necessários para os órgãos públicos, como por exemplo a FIEAM viabilizar a balança à PRF.

A seguir, o General Viana do CMA – comandante do BEC - disse que a BR 319 é estratégica para as Forças Armadas, e que a pavimentação das extremidades foi realizada pelo Exército em conjunto com a iniciativa privada e que na pavimentação da extremidade sul, entre Porto Velho e Humaitá – 200km, que ocorreu há cerca de 10 anos, o único órgão presente com fiscalização na BR 319 era o IDARON (IDAM de RO). Depois veio a instalação da PRF em Humaitá, aumentando a governança. Que o meio de acesso facilita muito a presença dos órgãos, cada um dentro de suas atribuições próprias, não podendo substituir a atuação uns dos outros. Os projetos dos 2 portais de fiscalização existem, realizados pelo Exército, mas precisam definir quem vai os ocupar para não se transformarem em elefantes brancos com desperdício dos recursos públicos. Que os órgãos públicos somente conseguem trabalhar nos períodos de verão amazônico, mas as atividades criminosas ocorrem o ano todo. Concorda com a periodicidade mensal das reuniões e sugere que uma das reuniões ocorra em um dos municípios da BR 319, como em Humaitá.

Por fim, o último inscrito a falar foi o Sr. Henrique, representando a comissão de assuntos municipais da ALEAM, presidida pelo Dep. Platiny Soares. Que estão trabalhando na proposta apresentada pelo Dr. Roque.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

Pergunta sobre o posicionamento do IBAMA e do DNIT sobre a fase em que se encontra atualmente o EIA-RIMA, o que pode ser um ponto de pauta da próxima reunião. Perguntou sobre a presença de representante da FUNAI, o Dr. Rafael disse que foi convidado mas não compareceu.

O Sr. Fabio Galvão do Dnit disse que pretende apresentar o EIA-RIMA no meio do ano de 2018, pois um dos pontos que foi solicitada complementação foi a coleta de dados de fauna durante o inverno, ou seja, no final de 2017. Que quanto ao componente indígena, estão acertando com a Funai um plano de trabalho para a realização das consultas em 3 comunidades indígenas.

O Dr. Rafael pediu que tanto o Dnit quanto o Ibama tragam essas informações para apresentarem na próxima reunião, quanto à elaboração atual do EIA-RIMA.

O Sr. Henrique continuou sua fala propondo convidar os parlamentares da bancada federal do AM, por meio do coordenador da bancada. O Sr. André, da Associação de Amigos da BR 319, disse que a participação do coordenador da bancada facilitaria inclusive a obtenção de emendas parlamentares para os órgãos.

Foi aceita a sugestão de convidar o Comandante Geral da PM e o coordenador da bancada federal do AM no Congresso Federal.

A FIEAM disse que também discutirá internamente no setor produtivo uma proposta para apresentar ao fórum.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

O Dr. Fernando disse que a atuação do MPF na proteção dos povos indígenas e comunidades tradicionais envolve constantes viagens às regiões de estradas onde se verifica ausência de fiscalização e de presença do Estado, sendo regiões de grandes problemas socioambientais. Que não tem verificado participação efetiva dos povos e comunidades indígenas nas consultas realizadas no âmbito do EIA-RIMA da BR 319. Que requisitará informações da FUNAI, do ICMBio e da SEMA (sobre as populações tradicionais residentes em UC's) sobre a forma e a participação efetiva dessas populações nas consultas. Sugeriu inserir as associações representativas dessas comunidades no fórum.

Ficaram definidas as seguintes apresentações para a **próxima reunião que será realizada, excepcionalmente, no dia 11 de setembro, com início às 14h, no auditório do prédio anexo da PRAM:**

- 1 – SEMA sobre o programa municípios sustentáveis e IPAAM sobre a fiscalização.
- 2 – IBAMA sobre o procedimento de licenciamento ambiental e a questão da fiscalização.
- 3 – DNIT sobre as obras de manutenção que estão sendo realizadas.
- 4 – Programa Terra Legal sobre a situação fundiária.

A ata será encaminhada por e-mail para revisão de todos os presentes, conforme a lista assinada.

E a reunião foi encerrada.